- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em seu caderno de provas, caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética:** ... seguida de **Assertiva:** ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão "**Espaço livre**" — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Quando falamos em direito, estamos falando inicialmente de um enorme conjunto de regras obrigatórias, o chamado direito positivo. Mas o vocábulo direito é usado também para os estudos, o curso de direito, a assim chamada "ciência do direito". Numa terceira acepção, a palavra designa os direitos de cada um de nós, chamados de direitos subjetivos, pois somos os sujeitos, os titulares, desses direitos.

Ninguém ignora que paira sobre nossas cabeças uma gigantesca teia de normas, que atinge praticamente todas as nossas atividades. Muitos pensadores têm destacado que o direito atual parece ter invadido tudo: há direito em toda parte, para todos, para tudo. A contrapartida é que, assim como temos de seguir as normas, os outros também têm de obedecer a elas e, desse modo, respeitar os direitos de cada um de nós, os ditos direitos subjetivos.

Vivemos num tempo em que as questões legais se tornaram corriqueiras. Apesar dessa popularização, ainda existe uma enorme dificuldade de acesso às coisas do direito. Ao mesmo tempo, os mecanismos da justiça são cada vez mais acionados, até para resolver quem fica com o cachorro depois da separação, ou se o condomínio pode impedir seus moradores de ter animais. A sobrecarga dos tribunais, e sua lentidão, é parcialmente consequência desse excesso de litigiosidade e da incapacidade das pessoas de resolver com bom senso, compreensão e respeito as questões de convivência em sociedade.

Eduardo Muylaert. **Direito no cotidiano**: guia de sobrevivência na selva das leis. São Paulo: Editora Contexto, 2020, p. 11-13 (com adaptações).

Acerca dos sentidos e de aspectos linguísticos do texto anterior, julgue os itens a seguir.

1 Infere-se das ideias do texto que, em princípio, não caberia ao direito legislar sobre questões relativas à convivência em sociedade.

2 Conforme o texto, os diretos subjetivos de cada pessoa de uma sociedade são respeitados quando essas mesmas pessoas observam e seguem as normas.

3 No primeiro parágrafo, as expressões "o vocábulo direito" (segundo período) e "a palavra" (terceiro período) fazem parte da mesma cadeia semântica de referência.

4 Alterando-se o segmento "Ninguém ignora" (primeiro período do segundo parágrafo) por **Não se ignora**, opera-se uma mudança na estrutura sintática do período, que não interfere, contudo, na classificação do sujeito, que é indeterminado em ambas as orações.

5 Estaria mantida a correção gramatical do texto caso se substituísse "atinge" (primeiro período do segundo parágrafo) por **atingem.**

6 No terceiro período do segundo parágrafo, o termo "a elas" poderia ser corretamente substituído por **lhes**, escrevendo-se **obedecer-lhes**.

7 No primeiro período do terceiro parágrafo, a forma pronominal "se" poderia ser corretamente deslocada para logo após a forma verbal "tornaram" — escrevendo-se **tornaram-se**.

8 No segundo período do terceiro parágrafo, o emprego do sinal indicativo de crase no trecho "ainda existe uma enorme dificuldade de acesso às coisas do direito" é obrigatório.

9 Sem prejuízo de sua correção gramatical ou de seu sentido original, o último período do texto poderia ser reescrito da seguinte forma: Esse excesso de litigiosidade bem como as pessoas, cuja a incapacidade em resolver questões de convivência social, com bom senso, compreensão e respeito têm sua parcela de culpa na sobrecarga dos tribunais, e em sua lentidão.

Com base no **Manual de Redação da Presidência da República**, julgue os itens que se seguem, acerca de aspectos da redação oficial.

10 Devem ser evitados parágrafos de desenvolvimento no texto dos documentos oficiais que, seguindo o padrão ofício, são usados para o encaminhamento de documentos.

11 Em certas ocasiões, para se garantir a clareza do texto das comunicações oficiais, recomenda-se o uso da ordem inversa na organização dos constituintes de uma oração.

12 Nas comunicações oficiais, deve-se dispensar às autoridades estrangeiras o mais alto grau de formalidade, por isso, como fecho das comunicações a elas dirigidas, recomenda-se o emprego do termo Respeitosamente.

Com base na Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins, julgue os próximos itens.

13 O procurador-geral de justiça é nomeado pelo governador do estado, entre os procuradores de justiça indicados em lista tríplice, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

14 Os serviços auxiliares das procuradorias de justiça destinam-se a dar o suporte administrativo necessário ao seu funcionamento e ao desempenho das funções dos procuradores de justiça, sendo instituídos e organizados por ato do procurador-geral de justiça.

15 Compete ao Conselho Superior do Ministério Público deliberar sobre a criação e serviços auxiliares, fixação e reajuste dos vencimentos dos membros e servidores, modificações na Lei Orgânica e providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais.

16 O procurador-geral de justiça e o corregedor-geral do Ministério Público são membros natos do Conselho Superior do Ministério Público.

À luz do que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Tocantins, julgue os itens subsequentes.

17 A acumulação ilegal de cargos públicos é conduta passível de demissão.

18 Denomina-se reversão a reinvestidura do servidor efetivo estável quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens do cargo ocupado.

19 O prazo para o início do exercício no cargo público é de 15 dias, contados da data da posse.

20 É considerado aprovado o servidor que obtenha, no resultado final do estágio probatório, média igual ou superior a 50% dos pontos possíveis.

No que se refere ao direito administrativo, julgue os itens a seguir.

21 No controle judicial dos atos administrativos discricionários, é vedado ao Poder Judiciário apreciar os motivos ou fatos que precedem a elaboração do ato a ser julgado.

22 Suponha que a administração pública, por ato administrativo, após ter concedido licença e férias a determinado servidor, tenha verificado que ele não tinha direito à licença e, em razão disso, tenha praticado novo ato, retirando a licença e ratificando as férias. Nessa situação, considera-se que houve convalidação pela denominada conversão.

23 A decadência é um fato jurídico relacionado ao princípio da segurança jurídica.

24 As organizações sociais são constituídas obrigatoriamente como pessoas jurídicas de direito público sem fins lucrativos, podendo atuar nas áreas de ensino, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção e preservação do meio ambiente, cultura e saúde.

25 A força maior e o caso fortuito excluem a responsabilidade civil do Estado.

Ainda acerca de direito administrativo, julgue os itens a seguir.

26 De acordo com o Decreto nº 11.531/2023, para a celebração de convênios e contratos de repasse para a execução de obras e serviços de engenharia, o proponente deverá apresentar, entre outros documentos, o plano de sustentabilidade.

27 No caso de um agente público condenado por ato de improbidade administrativa que tenha causado dano ao erário falecer, os seus sucessores ou herdeiros estarão sujeitos à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança, afastando-se essa responsabilidade sucessória na hipótese de alteração contratual de cisão societária.

28 O Sistema de Registro de Preço pode ser utilizado para contratação direta, por inexigibilidade ou por dispensa de licitação para a aquisição de bens e serviços mais de um órgão ou uma entidade da administração pública.

29 Se, no âmbito da administração pública, não houver competência específica para iniciar determinado processo administrativo, ele deve ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.

30 A modalidade de licitação denominada diálogo competitivo deve ser conduzida por comissão de contratação com três servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da administração, sendo vedada a contratação de profissionais para prestar assessoramento técnico à comissão.

Acerca da aplicabilidade das normas constitucionais, no que se refere às normas de eficácia plena, contida e limitada, julgue os itens seguintes.

31 As normas constitucionais de eficácia contida têm aplicabilidade imediata, integral e plena, mas seu alcance pode ser reduzido pelo legislador infraconstitucional.

32 Todas as normas constitucionais têm, no mínimo, um efeito negativo: a proibição de edição de leis infraconstitucionais que as contrariem.

No que se refere aos direitos e às garantias fundamentais, julgue os itens seguintes.

33 De acordo com a teoria dos limites dos limites, um direito fundamental pode ser restringido desde que preservado o seu núcleo essencial.

34 A cláusula da reserva do possível não pode ser usada pelo administrador como escusa para o descumprimento dos direitos sociais quando se trata da garantia do mínimo existencial, a exemplo da matrícula de criança em creche.

A respeito da organização político-administrativa do Estado, do Poder Judiciário e das comissões parlamentares de inquérito no âmbito do Poder Legislativo, julgue os itens seguintes.

35 Os julgamentos feitos pelo Poder Judiciário são públicos, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, apenas aos advogados das partes.

36 As comissões parlamentares de inquérito, embora tenham poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, não podem determinar, mesmo que fundamentadamente, a quebra do sigilo telefônico do investigado, porque essa medida constitui cláusula de reserva de jurisdição.

37 É da competência privativa da União legislar sobre procedimentos em matéria processual.

Acerca do Ministério Público, julgue os itens a seguir.

38 O Ministério Público tem legitimidade ativa para ajuizar ação civil pública que verse sobre direitos individuais homogêneos.

39 O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) tem competência para rever, de ofício ou mediante provocação, processo disciplinar de servidor do Ministério Público, desde que julgado há menos de um ano.

40 Lei de iniciativa do governador do estado pode criar cargos no âmbito do Ministério Público estadual.

Em relação aos aspectos socioeconômicos do estado do Tocantins, julgue os itens a seguir.

41 A defensoria pública exerce um papel significativo na luta pela garantia de direitos dos povos quilombolas no estado do Tocantins, que conta com dezenas de comunidades remanescentes de quilombos.

42 O produto interno bruto (PIB) do estado do Tocantins está entre os cinco maiores do país e sua contribuição para o setor industrial equivale a cerca de dez por cento da indústria nacional.

43 Os principais segmentos industriais do estado do Tocantins são serviços industriais de utilidade pública, construção, alimentos, minerais não metálicos e derivados de petróleo e biocombustíveis.

44 Estimulada por projetos de infraestrutura como a rodovia Belém-Brasília, que facilitam a entrada de bens e serviços no território, a estrutura produtiva do Tocantins está, apesar das disparidades geoeconômicas entre os municípios, em processo de consolidação.

45 Considerada cidade polo de base econômica de desenvolvimento regional do território do estado do Tocantins, a cidade de Palmas apresentou expressivo crescimento populacional nas últimas décadas.

Com relação aos aspectos culturais, ambientais e institucionais do estado do Tocantins, julgue os itens subsequentes.

46 Composto pela bacia do rio Tocantins e pelo sistema hidrográfico do Araguaia, o estado do Tocantins está inserido em uma região semiárida e não integra a Amazônia Legal.

47 O controle ambiental efetuado pelo registro de reservas legais e o licenciamento ambiental são obrigações legais, sendo o último uma ação posterior à instalação de qualquer atividade potencialmente poluidora do meio ambiente.

48 Antes de o norte goiano se tornar o estado do Tocantins, esta região recebeu pouca atenção do governo federal, com exceção dos planos desenvolvimentistas elaborados no regime militar.

49 O estado do Tocantins é formado pela união indissolúvel de seus municípios e tem soberania político-administrativa.

50 São símbolos do estado a bandeira, o hino, as armas e o selo estadual, podendo os municípios ter símbolos próprios.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Acerca de documentação jurídica, julgue os itens que se seguem.

51 Uma coletânea de jurisprudências pode ser considerada documento secundário, uma vez que facilita o acesso a documentos primários dispersos.

52 Deve haver rigor na transmissão da informação jurídica, uma vez que ela é uma área isolada de outras áreas do conhecimento.

Considerando os conceitos básicos da biblioteconomia, julgue os itens seguintes.

53 Biblioteconomia é a ciência que se ocupa da produção, difusão, conservação, circulação e utilização dos escritos e dos documentos sob todas as suas formas; a bibliologia é considerada uma das partes da biblioteconomia, por tratar de atividades como organização, administração e regulamentação de bibliotecas.

54 Uma das perspectivas da biblioteconomia é a chamada *information literacy*, traduzida como letramento informacional ou competência informacional, que explora as tecnologias de informação como o principal elemento da educação do usuário.

A ciência da informação, ao longo de sua existência, não concedeu centralidade à categoria de "verdade" como componente da informação e, hoje em dia, seguir nessa linha seria ignorar os efeitos sociais do conhecimento (e da ignorância) em prol de elementos como a transmissibilidade, a recuperação, a interatividade ou a relação com as lacunas cognitivas dos usuários.

Carlos Alberto Ávila Araújo. **O fenômeno da pós-verdade e suas implicações para a agenda de pesquisa na ciência da informação**. *In*.: **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 25, p. 01–17, 2020.

A partir do texto precedente, julgue os itens a seguir.

55 A ciência da informação, voltada para o ser social que procura informação, pode ser considerada como situada no campo das ciências sociais.

56 O surgimento da ciência da informação se deu em meados dos anos 60 do século XX, atrelado aos estudos dos problemas de recuperação da informação. Tal ciência é voltada para o estudo do comportamento da informação e das forças que regem o seu fluxo.

57 Entre os fatores causais das *fake news* estão as redes sociais, que provocam um "efeito bolha" mais expressivo que os motores de busca, e o negacionismo científico, que visa gerar dúvida junto ao público.

58 Um dos fenômenos contemporâneos da dinâmica informacional é a cultura da pós-verdade, que abrange distorções de um fato ou a divulgação de fatos que nunca aconteceram.

Julgue os próximos itens, a respeito da função social das bibliotecas, ou seja, das suas relações com a sociedade e da sua atuação social ativa.

59 Com o crescimento da valorização da produção humana, das obras artísticas e das obras científicas, ocorrida no período renascentista, evidenciou-se o interesse pelo culto, pela guarda e pela preservação das obras.

60 A sociedade se estrutura e se beneficia de seus registros documentais de modo uniforme, o que fornece à biblioteca uma coerência institucional que permanece inalterada.

61 A perspectiva funcionalista conferiu às bibliotecas um caráter educativo e mais democrático, abandonando-se a caraterística unicamente tecnicista e patrimonialista.

Com relação às cinco leis da biblioteconomia, julgue os itens subsequentes.

62 A quinta lei da biblioteconomia, que afirma que a biblioteca é um organismo em crescimento, diz respeito às alterações gerenciais, que se moldam a cada mudança dos objetivos da biblioteca.

63 Acessibilidade informacional e tecnológica está relacionada com a quarta lei da biblioteconomia: poupe o tempo do leitor.

64 As leis da biblioteconomia configuram-se como um projeto desafiador, que reflete a crença na mudança da postura das bibliotecas diante das necessidades informacionais dos usuários.

A respeito de tecnologias para bibliotecas e indexação, julgue os itens que se seguem.

65 Os *softwares* especializados para leitura de documentos eletrônicos não estão disponíveis para telas de computadores, mas apenas para dispositivos tecnológicos de leitura.

66 O processo de indexação é considerado uma prática complexa, que demanda cuidado e reflexão, porque, apesar de política de indexação estabelecer diretrizes para esse processo, fatores pessoais e profissionais, entre outros, podem influenciar na tomada de decisão.

67 Entender o ato de indexação como uma atividade intelectual, que está sujeita às características do acervo, do contexto e da tecnologia, entre outros fatores, desvirtua a natureza desse processo, que deve ser visto como um fazer puramente técnico.

Com relação aos índices e resumos e à classificação decimal universal (CDU), julgue os itens a seguir.

68 Todas as subdivisões existentes nas tabelas sistemáticas da CDU são consideradas classes subordinadas.

69 Na CDU, o sinal de dois pontos, assim como o sinal de adição e o da barra oblíqua, ampliam os assuntos que os ligam.

70 Ao elaborar um resumo, o resumidor deve utilizar informações que o leitor provavelmente já conheça ou lhe interesse diretamente.

71 Uma das particularidades dos índices pré-coordenados impressos ou em fichas é a dificuldade em combinar termos quando se faz uma busca.

72 A classe 3 da CDU abrange outros assuntos fora dela, tais como: 572 antropologia física; 911.3 geografia humana; e 93/99 história geral, social e política.

Acerca da catalogação descritiva e do formato MARC21, julgue os próximos itens.

73 Quando se tratar de registro sonoro, é prescindível que o responsável pelo registro bibliográfico conheça o assunto do conteúdo, seja este música ou texto.

74 Na catalogação descritiva, a data de publicação deve sempre corresponder à edição da obra e, havendo discrepância entre a data encontrada na página de rosto e a data real, registram-se ambas.

75 O formato MARC21 bibliográfico substitui todos os catálogos externos e o catálogo oficial interno.

Julgue os itens subsequentes, a respeito dos catálogos e dos princípios e funções administrativos em bibliotecas.

76 Nas pequenas bibliotecas, o bibliotecário exerce as funções técnicas e informacionais, mas ainda precisa de maior empenho para exercer as funções administrativas e as de cunho gerencial.

77 Uma das qualidades para que um catálogo seja de fácil consulta e manutenção é a flexibilidade, que permite a consulta do catálogo fora da biblioteca ou à distância.

78 Desde sua origem, houve uma mudança de foco no uso dos catálogos, de simples função de depósito para uma ferramenta arrojada de uso da recuperação de informações.

79 Uma unidade de informação apresenta características como simplicidade e flexibilidade exigidas às organizações modernas quando é descentralizada administrativamente e possui um sistema de informações gerenciais eficiente e acessível a todos na organização.

80 Nas unidades de informação, as técnicas de *marketing* podem ser utilizadas para conhecer melhor os usuários a fim de detectar suas necessidades informacionais e adaptar ou criar produtos e serviços para melhor atender suas expectativas.

81 Tendo em vista as funções administrativas na biblioteca, a avaliação de recursos informacionais se limita apenas à análise dos acervos.

Acerca de centros de documentação e serviços de informação, julgue os itens que se seguem.

82 Os catálogos coletivos impressos, para que tivessem êxito na recuperação da informação, foram organizados por título, autor ou assunto sem o emprego de vocabulário controlado a fim de diminuir distâncias geográficas, sociais e culturais.

83 Em relação à tipologia, as redes bibliotecárias podem ser categorizadas por tipo de governança, tipo de participante, âmbito de atuação e área temática.

84 Para o processamento técnico das informações bibliográficas, a Rede Virtual de Bibliotecas do Congresso Nacional adota o Código de Catalogação Anglo-Americano e o formato de intercâmbio bibliográfico MARC21.

Espaço livre

Tendo como referência inicial a figura precedente, que ilustra a tela inicial do aplicativo DOU (**Diário Oficial da União**), julgue os itens a seguir, relativos ao DOU e ao desenvolvimento de coleções.

85 O serviço de notificação dos leitores do DOU por meio do aplicativo, que avisa sempre que uma nova edição ou uma edição extra é publicada, pode ser considerado um serviço de disseminação seletiva da informação.

86 Considerando-se que a Biblioteca Digital Machado de Assis contém todo o acervo de publicações do DOU desde 1808 a 2001 e que no sítio da Imprensa Nacional é possível acessar edições posteriores a 2001 do DOU, conclui-se corretamente que é totalmente desnecessário o armazenamento de coleções especiais de diários oficiais em outras bibliotecas do Brasil, sendo recomendado o descarte desse tipo de material.

87 A publicação do texto dos atos normativos federais, estaduais e municipais na Seção 1 do DOU é requisito para que esses atos entrem em vigor e tenham autenticidade legal.

88 O DOU é uma fonte formal legislativa de informação.

89 No aplicativo DOU para dispositivos móveis, disponível nas lojas *on-line* Google Play (Android) e Apple Store (iOS), é possível fazer uma configuração personalizada para a leitura de partes do diário ou de tipos de atos específicos.

Acerca da política de seleção dos materiais que formarão o acervo da biblioteca, julgue os itens subsequentes.

90 No documento da política pode haver critérios de seleção mais amplos ou mais rígidos para tipos de materiais específicos ou coleções especiais, como, por exemplo, obras raras e memória da instituição.

91 A política de seleção procura garantir que todo material seja incorporado ao acervo segundo razões objetivas predeterminadas, e não segundo idiossincrasias ou preferências pessoais.

92 O acervo da biblioteca de uma instituição deve ser autossuficiente para atender a todas as demandas de informação, sendo necessário sempre negociar as limitações orçamentárias, físicas, espaciais e de recursos humanos com as autoridades superiores.

93 Uma política de seleção formalizada na instituição garante a continuidade dos critérios, além da presença física de seus colaboradores, e serve como instrumento de resistência ou gerenciamento de conflitos e pressões em torno da coleção.

Julgue os próximos itens, relativos a metabuscador e metadados.

94 Considere que, na parte final do texto das leis, devam constar as disposições pertinentes às medidas necessárias à implementação das normas de conteúdo substantivo, às disposições transitórias, a cláusula de vigência e a cláusula de revogação, como, por exemplo: "Art. 2.044. Este código entrará em vigor um ano após a sua publicação". Nessa situação, o metadado que poderia organizar e estruturar essa informação em uma base de dados legislativa poderia ser denominado: data de entrada em vigor ou prazo para entrar em vigor.

95 Metabuscador é um mecanismo de busca que realiza uma estratégia de busca de forma simultânea em vários mecanismos de busca por meio das novas tecnologias como a inteligência artificial.

96 Metadados são elementos de descrição de recursos informacionais armazenados em sistemas computadorizados e organizados por padrões específicos, de forma estruturada.

97 LexML é um portal especializado em informação jurídica e legislativa que reúne leis, decretos, acórdãos, súmulas, projetos de leis, entre outros documentos das esferas federal, estadual e municipal dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todo o Brasil, sendo um exemplo de metabuscador disponível atualmente.

Quanto ao **Diário da Justiça**, julgue os itens que se seguem.

98 Na página da Imprensa Nacional, é possível acessar as edições do **Diário da Justiça** publicadas entre 1990 e 2010, no formato digital.

99 Atualmente, as decisões de cada órgão do Judiciário são publicadas no Diário da Justiça Eletrônico (DJe) e disponibilizadas por meio da sua página institucional na Internet.

100 O **Diário da Justiça** foi editado pela Imprensa Nacional entre 1925 e 2010 para a publicação de atos judiciais dos tribunais superiores, dos tribunais regionais federais, das seções judiciárias e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

101 O **Diário da Justiça** é uma fonte doutrinária de informação muito utilizada para fundamentar a prática do direito nos processos judiciais.

102 A descontinuidade da publicação do **Diário da Justiça** a partir de 1.º de janeiro de 2011 prejudicou a publicidade dos atos que requeiram publicação em jornal oficial.

Acerca de estudos de usuários e de entrevistas, julgue os itens a seguir.

103 Na entrevista, uma vantagem de se utilizar pergunta do tipo aberta é que a resposta é obtida rapidamente, já que o respondente tem liberdade de criação de sua resposta.

104 Estudos de usuários restringem-se a investigar demandas e necessidades do usuário.

105 A entrevista é o melhor instrumento para se coletar dados de natureza quantitativa dos usuários.

106 Pelo critério de uso da unidade da informação, os usuários podem ser divididos entre usuários reais e usuários potenciais.

Julgue os próximos itens, relativos a bibliotecas digitais.

107 Entre os requisitos desejáveis para um *software* de biblioteca digital estão o uso de padrões de interoperabilidade e a linguagem de marcação HTML.

108 Nas bibliotecas digitais, os metadados são itens fundamentais para a organização da coleção.

109 Dublin Core é um padrão de metadados para descrição de documentos digitais.

110 O sistema de navegação da biblioteca, ou seja, a forma de interação do usuário com os conteúdos, faz parte da arquitetura tecnológica da biblioteca digital.

111 O servidor de banco de dados da biblioteca digital faz parte da arquitetura da informação da biblioteca digital.

Julgue os itens subsequentes, a respeito dos organismos de classe e da ética profissional no âmbito da biblioteconomia.

112 As infrações éticas e disciplinares cometidas pelo bibliotecário têm prazo de prescrição.

113 A censura pública está prevista como pena no Código de Ética profissional do Bibliotecário.

114 O combate ao exercício ilegal da profissão é um dever do bibliotecário.

115 Os intensos debates acerca do conteúdo final do Código de Ética profissional do Bibliotecário fizeram com que esse documento não fosse aprovado pelo Conselho Federal de Biblioteconomia até o ano de 2023.

Acerca de bibliografia, julgue os itens que se seguem.

116 Uma das funções de uma bibliografia é referenciar o conhecimento produzido em outras fontes e suportes de informação.

117 A Bibliografia Brasileira de Ciência da Informação é uma publicação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).

118 A bibliografia é um mecanismo primário de memória da informação.

119 A Bibliografia Brasileira de Direito é uma bibliografia extensiva, com atualização anual e organizada pela Biblioteca Nacional.

120 A bibliografia é uma das disciplinas que originou a ciência da informação.

Espaço livre